

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: DISPUTAS CURRICULARES, NEOLIBERALISMO E FORMAÇÃO CRÍTICA

SOCIOLOGY IN BRAZILIAN HIGH SCHOOL EDUCATION: CURRICULAR DISPUTES, NEOLIBERALISM, AND CRITICAL THINKING

Alessandra Krauss¹

Leanderson Cristiano Voznei²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender o processo histórico de inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro, refletindo sobre as disputas políticas e curriculares que atravessam a disciplina e suas contribuições para a formação crítica e emancipatória dos estudantes diante das reformas educacionais neoliberais contemporâneas. A pesquisa parte da seguinte problemática: como o processo histórico de inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro evidencia as disputas políticas e curriculares presentes nas reformas educacionais contemporâneas, especialmente diante do avanço da lógica neoliberal na educação? A investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, pautada na perspectiva da Hermenêutica Crítica. O estudo compreende historicamente a trajetória da Sociologia no currículo escolar brasileiro, desde as primeiras propostas de inserção no final do século XIX, passando pelas reformas educacionais do século XX, pela retirada da disciplina durante períodos autoritários, pela obrigatoriedade em 2008 e pelos impactos da Reforma do Ensino Médio de 2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O referencial teórico apoia-se em autores como Giddens (2012), Tomazi (2000), Moraes (2011), Rêses

1 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Socióloga e docente de Sociologia na rede pública de ensino de Santa Catarina. Atua como pesquisadora na área da Educação, com ênfase no ensino de Sociologia. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1492-5077>

2 Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Licenciado em História, Pedagogia e Geografia. Atua como Assistente Técnico-Pedagógico na rede estadual de ensino e desenvolve pesquisas na área da Educação, com ênfase em estudos sobre migração e ensino.

(2004), Freitas e França (2016), Sell (2015), Gadamer (1997; 2007), Freire (1996; 2002; 2021), entre outros estudiosos do campo da Sociologia e da Educação. As reflexões desenvolvidas evidenciam que a Sociologia ocupa um importante papel na formação crítica dos estudantes, contribuindo para a compreensão das desigualdades sociais, das relações de poder e das contradições presentes na sociedade contemporânea. Entretanto, o estudo demonstra que as atuais políticas educacionais, influenciadas pela racionalidade neoliberal, têm promovido a fragilização das Ciências Humanas no currículo escolar, reduzindo o espaço da Sociologia no Ensino Médio por meio da flexibilização curricular e do esvaziamento crítico da formação escolar. Conclui-se que a Sociologia permanece como um importante instrumento de formação crítica, cidadã e emancipatória, sendo fundamental para o fortalecimento da democracia, da consciência social e da construção de sujeitos capazes de compreender criticamente e transformar a realidade social em que vivem.

Palavras-chave: Sociologia no Ensino Médio; Reformas Educacionais; Neoliberalismo; Formação Crítica; Currículo Escolar; Educação Brasileira.

Abstract: This article aims to understand the historical process of the inclusion of Sociology in Brazilian High School education, reflecting on the political and curricular disputes that permeate the discipline and its contributions to the critical and emancipatory formation of students in the context of contemporary neoliberal educational reforms. The research is guided by the following problem: how does the historical process of the inclusion of Sociology in Brazilian High School reveal the political and curricular disputes present in contemporary educational reforms, especially in the face of the advance of neoliberal logic in education? The investigation is based on a qualitative approach, with bibliographic and documentary research, grounded in the perspective of Critical Hermeneutics. The study historically comprehends the trajectory of Sociology within the Brazilian school curriculum, from the first proposals for its inclusion at the end of the nineteenth century, through the educational reforms of the twentieth century, the removal of the discipline during authoritarian periods, its mandatory status

in 2008, and the impacts of the 2017 High School Reform and the National Common Curricular Base (BNCC). The theoretical framework is supported by authors such as Giddens (2012), Tomazi (2000), Moraes (2011), Rêses (2004), Freitas and França (2016), Sell (2015), Gadamer (1997; 2007), and Freire (1996; 2002; 2021), among other scholars in the fields of Sociology and Education. The reflections developed demonstrate that Sociology plays a fundamental role in the critical formation of students, contributing to the understanding of social inequalities, power relations, and contradictions present in contemporary society. However, the study also reveals that current educational policies, influenced by neoliberal rationality, have weakened the Humanities within the school curriculum, reducing the space of Sociology in High School education through curricular flexibilization and the weakening of critical educational formation. It is concluded that Sociology remains an important instrument for critical, civic, and emancipatory formation, being essential for strengthening democracy, social awareness, and the development of subjects capable of critically understanding and transforming the social reality in which they live.

Keywords: Sociology in High School; Educational Reforms; Neoliberalism; Critical Formation; School Curriculum; Brazilian Education.

INTRODUÇÃO

A Sociologia como disciplina escolar possui papel fundamental na formação crítica, reflexiva e cidadã dos estudantes do Ensino Médio brasileiro. Sua presença no currículo da educação básica está relacionada à necessidade de promover nos estudantes a capacidade de compreender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que estruturam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, o ensino de Sociologia ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, constituindo-se como um instrumento de formação emancipatória e de desenvolvimento da consciência crítica.

A constituição da Sociologia enquanto ciência ocorreu em meio às profundas transformações

sociais decorrentes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, acontecimentos que alteraram significativamente as formas de organização da vida social moderna. Conforme Giddens (2012), a Sociologia surge “no final do século XVIII e começo do século XIX” em razão das mudanças sociais produzidas por esses processos históricos (GIDDENS, 2012, p. 23).

Nesse contexto, Tomazi afirma que a Sociologia “é fruto da Revolução Industrial e, por essa razão, é chamada de ciência da crise” (TOMAZI, 2000, p. 1), tendo como finalidade compreender os problemas sociais emergentes da sociedade moderna. Assim, a Sociologia consolida-se como uma ciência voltada para a interpretação crítica da realidade social e das relações humanas.

Ao discutir o surgimento da Sociologia, Sell (2015) enfatiza que a modernidade produziu “fenômenos sociais radicalmente novos, como a urbanização, a aceleração do tempo, a família nuclear e uma série de problemas sociais” (SELL, 2015, p. 16). Dessa maneira, a Sociologia passou a buscar respostas para os problemas sociais produzidos pela sociedade moderna e capitalista.

No âmbito educacional, a disciplina de Sociologia assume relevância na formação dos estudantes do Ensino Médio ao possibilitar reflexões acerca das desigualdades sociais, das relações de poder, da cidadania e das problemáticas sociais contemporâneas. A disciplina contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual e para a formação de sujeitos críticos capazes de compreender a realidade em que estão inseridos.

Conforme apontam os estudos sobre o ensino sociológico, “é preciso refletir a respeito das diversas contribuições que a formação sociológica desenvolve em seus estudantes e como tal processo formativo ocorre” (KRAUSS, 2025, p. 28). Nesse sentido, o ensino de Sociologia no Ensino Médio apresenta-se como um importante mecanismo de fortalecimento da formação crítica e emancipatória dos estudantes.

Entretanto, apesar de sua importância pedagógica e social, a Sociologia ainda enfrenta desafios relacionados à valorização curricular, à carga horária reduzida e à necessidade de fortalecimento das pesquisas na área do ensino sociológico. Nesse aspecto, destaca-se que “existem poucas pesquisas nesse campo de investigação” (2025, p. 28), especialmente no que se refere ao ensino da Sociologia

na educação básica.

Diante disso, o presente artigo busca refletir acerca da Sociologia como disciplina no Ensino Médio brasileiro, analisando suas contribuições para a formação crítica e emancipatória dos estudantes. Com a seguinte problemática: Como o processo histórico de inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro evidencia as disputas políticas e curriculares presentes nas reformas educacionais contemporâneas, especialmente diante do avanço da lógica neoliberal na educação? E com o objetivo geral em compreender o processo histórico de inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro, refletindo sobre as disputas políticas e curriculares que atravessam a disciplina e suas contribuições para a formação crítica e emancipatória dos estudantes diante das reformas educacionais neoliberais contemporâneas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, pautada na perspectiva da Hermenêutica Crítica proposta por Gadamer (1997) “compreendendo que os fenômenos educacionais necessitam ser analisados para além de uma dimensão técnica ou quantitativa” e “considerando os significados, as interpretações e as relações sociais presentes no contexto investigado” (2007). A abordagem qualitativa permite uma compreensão aprofundada da realidade educacional, especialmente no que diz respeito ao ensino de Sociologia no Ensino Médio brasileiro e suas contribuições para a formação crítica dos estudantes.

Nesse sentido, segundo Mattar e Ramos (2021, p. 127), a pesquisa qualitativa implica “explorá-los e descrevê-los por diversas perspectivas, além de compreender os significados e as interpretações que os participantes da pesquisa atribuem a esses fenômenos e às suas experiências”. Dessa forma, a investigação qualitativa possibilita compreender os fenômenos sociais e educacionais em sua complexidade, considerando os diferentes elementos que constituem a realidade da inserção da Sociologia nos Currículos escolares brasileiros.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a investigação utilizou a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a análise qualitativa do referencial teórico relacionado ao ensino de Sociologia no currículo do Ensino Médio brasileiro. Conforme Mattar e Ramos (2021, p. 124), “a pesquisa documental pode ser entendida como uma técnica de coleta e análise de dados”. Nesse sentido, a pesquisa documental possibilita a análise de documentos oficiais, legislações educacionais, diretrizes curriculares e produções acadêmicas relacionadas à Sociologia enquanto disciplina escolar.

A pesquisa documental foi desenvolvida seguindo as etapas propostas por Lakatos (1992), entre elas: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação dos dados e redação científica. Tais etapas possibilitaram organizar sistematicamente os materiais analisados e desenvolver uma interpretação crítica acerca do objeto de estudo.

Na sequência, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, compreendida por Mattar e Ramos (2021, p. 124) como “um tipo específico de pesquisa documental, que envolve especialmente documentos como artigos científicos, dissertações, teses, capítulos e livros”. A pesquisa bibliográfica constituiu-se como elemento central da investigação, sendo realizada a partir da análise de livros clássicos da Sociologia, artigos científicos, dissertações, teses e produções acadêmicas relacionadas ao ensino de Sociologia e à educação brasileira.

Os estudos e leituras desenvolvidos ao longo da pesquisa foram norteados por categorias de análise relacionadas ao processo histórico de inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro, às disputas políticas e curriculares que atravessam a disciplina, às reformas educacionais contemporâneas e aos impactos da racionalidade neoliberal sobre o currículo escolar e as Ciências Humanas. Além disso, buscou-se compreender as contribuições da Sociologia para a formação crítica, reflexiva e emancipatória dos estudantes no contexto da educação básica brasileira.

A fundamentação teórico-metodológica da pesquisa apoia-se em autores como Gadamer (1997; 2007), Ribas (2017), Mattar e Ramos (2021), Lakatos (1992) e Bardin (2016). A Hermenêutica Crítica contribui para a compreensão dos fenômenos educacionais a partir da historicidade, da

linguagem e das relações sociais, possibilitando interpretar o ensino de Sociologia no Ensino Médio brasileiro como um campo permeado por disputas políticas, curriculares e ideológicas relacionadas aos diferentes projetos de educação e de sociedade presentes no contexto contemporâneo.

Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), buscando identificar categorias, concepções e interpretações relacionadas ao processo histórico de inserção da Sociologia no currículo escolar brasileiro, às reformas educacionais contemporâneas, às implicações da racionalidade neoliberal na educação e às contribuições da disciplina para a formação crítica e emancipatória dos estudantes. A análise de conteúdo possibilita interpretar os discursos, os sentidos e as concepções presentes nos materiais analisados, articulando-os ao referencial teórico construído ao longo da pesquisa.

Dessa forma, a metodologia adotada busca compreender o ensino de Sociologia como um espaço de formação humana, política e social, considerando as disputas curriculares que atravessam a disciplina e suas potencialidades na construção do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da consciência social dos estudantes da educação básica brasileira diante das transformações produzidas pelas reformas educacionais neoliberais contemporâneas.

O PROCESSO HISTÓRICO DE INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

As primeiras propostas de inserção da Sociologia no currículo escolar

A inserção da Sociologia no currículo escolar brasileiro constitui-se como um processo histórico permeado por disputas políticas, ideológicas e educacionais que revelam diferentes concepções de formação humana e de projeto societário. A trajetória da disciplina no Ensino Médio demonstra que sua presença no currículo nunca ocorreu de forma neutra, mas vinculada às necessidades políticas e econômicas de cada período histórico. Nesse sentido, compreender o processo de inserção da Sociologia no ensino brasileiro implica analisar criticamente as reformas educacionais e as relações

de poder que historicamente atravessaram a educação nacional.

A primeira proposta de inclusão da Sociologia no ensino brasileiro ocorreu ainda no século XIX, em meio às transformações políticas e intelectuais do período republicano. Conforme destaca KRAUSS, “a primeira proposta de inclusão da Sociologia no ensino brasileiro ocorreu por meio dos pareceres de Rui Barbosa, em 1882” (2025 p. 52). A proposta de Rui Barbosa estava relacionada à necessidade de modernização do ensino brasileiro e à valorização das ciências na formação intelectual dos sujeitos.

A inserção da Sociologia no currículo escolar brasileiro esteve vinculada às transformações sociais decorrentes da modernidade e da consolidação da sociedade capitalista. A própria Sociologia surge como uma ciência voltada à compreensão das profundas mudanças sociais provocadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Conforme Giddens (2012, p. 23), a Sociologia surge “no final do século XVIII e começo do século XIX”, em razão das mudanças sociais produzidas por esses acontecimentos históricos.

Nesse contexto, Tomazi (2000, p. 1) afirma que a Sociologia “é fruto da Revolução Industrial e, por essa razão, é chamada de ciência da crise-crise que essa revolução gerou em toda a sociedade europeia”. A ciência sociológica nasce, portanto, vinculada à necessidade de compreender os conflitos sociais, as desigualdades e as contradições produzidas pela sociedade moderna. Já Sell (2015, p. 16) afirma que esse período produziu “fenômenos sociais radicalmente novos, como a urbanização, a aceleração do tempo, a família nuclear e uma série de problemas sociais”.

Diante de todo esse processo histórico, destacamos a Sociologia no âmbito educacional brasileiro, a Sociologia passa a ser incorporada gradativamente ao currículo escolar no início do século XX, especialmente vinculada à formação das elites intelectuais e à organização do ensino secundário. Entretanto, sua permanência no currículo foi constantemente marcada por avanços e retrocessos.

A Sociologia nos processos de retirada e reinserção curricular

Com a Reforma Capanema, em 1942, ocorre um dos principais movimentos de exclusão da Sociologia do currículo escolar brasileiro. Conforme Santos (2004, p. 79), “a Reforma Capanema, de 1942, ao extinguir os cursos complementares, foi responsável pela retirada da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no curso secundário”. Essa reforma reorganizou o ensino secundário brasileiro a partir de uma perspectiva centralizadora e nacionalista, alinhada ao projeto político do Estado Novo.

Nesse período, a educação passou a assumir um caráter fortemente disciplinador e tecnicista, reduzindo o espaço das disciplinas voltadas à reflexão crítica da realidade social. A Sociologia, por desenvolver análises acerca das desigualdades sociais, das relações de poder e dos conflitos sociais, não atendia aos interesses de formação ideológica do regime político vigente.

Segundo Rêses (2004, p. 19), a Reforma Capanema buscava “contribuir para a consolidação do regime político de exceção de Getúlio Vargas, que visava formar indivíduos com espírito de patriotismo e de civismo”. Tal perspectiva demonstra que a educação brasileira passou a ser orientada por um projeto político conservador, reduzindo as possibilidades de formação crítica e emancipatória dos estudantes.

Mesmo diante da exclusão curricular, a Sociologia permaneceu presente nos debates acadêmicos e intelectuais. Conforme Moraes (2011, p. 365), intelectuais como Florestan Fernandes defenderam a importância da Sociologia no ensino secundário, compreendendo a disciplina como fundamental para a formação crítica da juventude brasileira.

No entanto, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961, não garantiu a reinclusão obrigatória da Sociologia no currículo escolar. Freitas e França (2016, p. 44) destacam que a LDB “não propôs a reinclusão dessa disciplina”. Tal ausência demonstra a permanência de uma concepção educacional que priorizava a formação técnica em detrimento das Ciências Humanas.

A situação agrava-se após o golpe civil-militar de 1964. Durante o regime militar, a educa-

ção brasileira assume uma orientação tecnicista e produtivista, voltada à formação de mão de obra para o mercado de trabalho. As disciplinas das Ciências Humanas passam a ser consideradas inadequadas ao modelo autoritário instaurado no país.

Nesse contexto, a Sociologia perde espaço justamente por desenvolver reflexões críticas acerca da sociedade, da política e das desigualdades sociais. As reformas educacionais do período reforçam uma concepção de educação instrumentalizada pelos interesses do capital e do Estado autoritário, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico no espaço escolar.

Somente a partir da década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país, a Sociologia retorna gradativamente ao currículo escolar brasileiro. Conforme Sarandy (2011, p. 5-6), ocorre uma “intensa campanha e lutas inicialmente dispersas, empreendidas principalmente pelas associações profissionais e sindicais de cientistas sociais” em defesa da reinserção da disciplina.

A retomada da Sociologia no Ensino Médio relaciona-se diretamente às transformações políticas e sociais do período, marcadas pela reorganização dos movimentos sociais e pela luta pela democratização da educação brasileira. Nesse contexto, a disciplina passa a ser compreendida como importante instrumento de formação cidadã e emancipatória.

A Lei Federal nº 7.044/1982 representou um avanço ao extinguir a obrigatoriedade da profissionalização no antigo segundo grau, permitindo a inserção da Sociologia como disciplina optativa. Conforme Rêses (2004, p. 25), a legislação possibilitou “a existência de dois tipos de curso: o acadêmico para a formação geral do aluno e o profissionalizante”.

Ainda assim, a consolidação definitiva da Sociologia no Ensino Médio continuou enfrentando obstáculos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 apresentou ambiguidades quanto à obrigatoriedade da disciplina. Segundo Rêses (2004, p. 28), o artigo 36 da LDB estabelecia “o domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia como necessário ao exercício da cidadania”. Contudo, as Diretrizes Curriculares posteriores interpretaram que os conteúdos sociológicos poderiam ser trabalhados de forma interdisciplinar, fragilizando novamente a presença da disciplina no currículo escolar.

Esse processo evidencia que a Sociologia continua sendo uma disciplina constantemente ameaçada pelas reformas educacionais de caráter neoliberal e mercadológico. Conforme apontado no estudo, “com as constantes reformas educacionais com esse viés mercadológico, a Sociologia é a primeira que acaba sofrendo com essas mudanças na grade curricular”. A redução da carga horária e a desvalorização das Ciências Humanas demonstram a permanência de projetos educacionais voltados prioritariamente à lógica produtivista e ao atendimento das demandas do mercado.

Entretanto, apesar dos constantes ataques curriculares, a Sociologia permanece fundamental na formação crítica dos estudantes do Ensino Médio. A disciplina possibilita compreender as relações sociais, as desigualdades, os conflitos políticos e as transformações culturais presentes na sociedade contemporânea. Nesse sentido, “a Sociologia no ensino médio possui grande potencial para formar estudantes críticos e conscientes”, contribuindo para o fortalecimento da autonomia intelectual e da consciência social dos sujeitos.

Assim, discutir a inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro significa também discutir os projetos de educação e de sociedade em disputa no contexto contemporâneo. A permanência da disciplina no currículo escolar representa a defesa de uma educação crítica, democrática e comprometida com a formação emancipatória dos estudantes.

A obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio em 2008

Um marco fundamental no processo de consolidação da Sociologia no Ensino Médio brasileiro ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei n.º 11.684/2008, responsável por tornar obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia em todas as séries do Ensino Médio. A aprovação dessa legislação representou uma importante conquista das lutas históricas empreendidas por pesquisadores, professores, entidades científicas e movimentos educacionais em defesa das Ciências Humanas no currículo da educação básica.

Conforme destacado, “em 2008, por meio da Lei n.º 11.684, a Sociologia e a Filosofia torna-

ram-se disciplinas obrigatórias nas três séries do Ensino Médio” (p. 61). A obrigatoriedade da disciplina simbolizou não apenas um avanço curricular, mas também o reconhecimento da importância da Sociologia na formação crítica, política e cidadã dos estudantes brasileiros.

A consolidação da Sociologia enquanto componente obrigatório do currículo escolar representou uma ruptura, ainda que parcial, com as perspectivas educacionais tecnicistas e mercadológicas que historicamente fragilizaram as Ciências Humanas na educação brasileira. A presença obrigatória da disciplina no Ensino Médio possibilitou ampliar os debates relacionados às desigualdades sociais, às relações de poder, à cidadania, à cultura e às problemáticas contemporâneas presentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a obrigatoriedade da Sociologia no currículo escolar reafirma a educação enquanto espaço de formação humana e emancipatória. A disciplina passa a contribuir diretamente para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, incentivando a reflexão crítica acerca da realidade social e das contradições presentes no contexto contemporâneo.

Entretanto, mesmo após sua obrigatoriedade legal, a Sociologia continua enfrentando desafios relacionados à redução da carga horária, à precarização das políticas educacionais e às constantes reformas curriculares que ameaçam novamente o espaço das Ciências Humanas no Ensino Médio brasileiro. Tal cenário demonstra que a permanência da Sociologia no currículo escolar permanece vinculada às disputas políticas e ideológicas em torno da função social da educação.

A Reforma do Ensino Médio de 2017, a BNCC e os impactos neoliberais sobre a Sociologia

Entretanto, apesar do avanço representado pela obrigatoriedade da Sociologia em 2008, a disciplina voltou a enfrentar fragilizações com a implementação da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei n.º 13.415/2017. A reforma promoveu profundas alterações na estrutura curricular da educação básica brasileira, especialmente ao flexibilizar o currículo e priorizar itinerários formativos alinhados às demandas do mercado de trabalho.

Conforme destacado, “a Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017, trouxe novamente incertezas quanto à permanência da Sociologia enquanto disciplina obrigatória no currículo escolar” (KRAUSS, 2025, p. 61). A nova organização curricular passou a reduzir o espaço das Ciências Humanas, priorizando competências e habilidades voltadas à lógica produtivista e tecnicista da educação neoliberal.

Nesse contexto, Frigotto (2010, p. 32) afirma que “a educação, sob a lógica neoliberal, tende a ser reduzida à formação de competências e habilidades voltadas às demandas do mercado, subordinando o processo educativo à racionalidade econômica e produtivista”. Tal perspectiva contribui para o enfraquecimento da dimensão crítica e humanizadora da educação, impactando diretamente as Ciências Humanas e, especialmente, a Sociologia no Ensino Médio, uma vez que disciplinas voltadas à reflexão crítica passam a ocupar uma posição de fragilidade curricular diante das políticas de flexibilização educacional.

Nesse contexto, a Sociologia deixa de aparecer explicitamente como disciplina obrigatória nas três séries do Ensino Médio, passando a integrar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Tal mudança fragiliza a consolidação histórica da disciplina no currículo escolar, uma vez que sua presença efetiva passa a depender das definições curriculares de cada sistema de ensino.

A Reforma do Ensino Médio de 2017 expressa um projeto educacional fortemente influenciado pelas demandas do mercado e pela racionalidade neoliberal, reduzindo o papel das disciplinas voltadas à reflexão crítica e à formação humanística. Nesse cenário, as Ciências Humanas, especialmente Sociologia e Filosofia, tornam-se áreas constantemente ameaçadas pelas políticas educacionais voltadas à formação instrumental e produtiva.

A redução da carga horária e o enfraquecimento curricular da Sociologia evidenciam as disputas em torno da função social da educação brasileira. Ao limitar os espaços destinados à reflexão crítica, às análises sociais e à formação política dos estudantes, a reforma contribui para o esvaziamento de uma educação comprometida com a emancipação humana e com o desenvolvimento da consciência social.

Dessa forma, a Reforma do Ensino Médio de 2017 representa um retrocesso no processo histórico de consolidação da Sociologia na educação básica brasileira, revelando que a permanência da disciplina no currículo continua vinculada às disputas políticas, ideológicas e econômicas presentes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a Reforma do Ensino Médio de 2017 articula-se diretamente à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que passou a orientar a organização curricular da educação básica brasileira a partir da lógica das competências e habilidades. Nesse contexto, a Sociologia deixa de ocupar um espaço consolidado enquanto disciplina específica e passa a integrar de maneira mais ampla a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, intensificando as incertezas relacionadas à sua permanência efetiva no currículo escolar.

Conforme destacado, com a implementação da BNCC, a Sociologia passa a aparecer diluída na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Tal reorganização curricular fragiliza a autonomia epistemológica da disciplina, reduzindo as possibilidades de aprofundamento teórico e crítico dos conteúdos sociológicos no Ensino Médio.

A BNCC, articulada à Reforma do Ensino Médio, expressa uma concepção educacional fortemente vinculada às demandas do mercado e à racionalidade neoliberal. A centralidade atribuída ao desenvolvimento de competências e habilidades evidencia uma perspectiva pragmática da educação, voltada prioritariamente para a adaptação dos estudantes às exigências do mundo do trabalho.

Nesse cenário, as Ciências Humanas passam a ocupar um espaço secundário no currículo, sobretudo por não atenderem diretamente à lógica produtivista defendida pelas reformas educacionais contemporâneas. A Sociologia, enquanto disciplina comprometida com a análise crítica das desigualdades sociais, das relações de poder e das contradições do capitalismo, torna-se constantemente ameaçada pelas políticas de flexibilização curricular.

Além disso, a diluição da Sociologia na área de Ciências Humanas dificulta a consolidação de um trabalho pedagógico sistemático e aprofundado acerca dos conceitos sociológicos fundamentais. A fragmentação curricular imposta pela BNCC reduz o espaço destinado à reflexão crítica e à

formação política dos estudantes, enfraquecendo a dimensão emancipatória historicamente vinculada ao ensino sociológico.

Dessa forma, a articulação entre a Reforma do Ensino Médio de 2017 e a BNCC representa um movimento de reconfiguração curricular alinhado aos interesses do capital e às políticas neoliberais de educação. Ao flexibilizar o currículo e reduzir o espaço das Ciências Humanas, tais reformas contribuem para o enfraquecimento da Sociologia no Ensino Médio brasileiro, evidenciando que a permanência da disciplina continua sendo resultado de disputas políticas, ideológicas e educacionais presentes na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo compreender o processo histórico de inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro, refletindo sobre as disputas políticas e curriculares que atravessam a disciplina e suas contribuições para a formação crítica e emancipatória dos estudantes diante das reformas educacionais neoliberais contemporâneas. A partir das discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a trajetória da Sociologia na educação brasileira sempre esteve atravessada por disputas políticas, ideológicas e curriculares que refletem diferentes projetos de sociedade, de educação e de formação humana.

Historicamente, a Sociologia nunca ocupou um espaço estável no currículo escolar. Sua inserção, retirada e reinserção demonstram que a disciplina esteve diretamente relacionada aos interesses políticos e educacionais predominantes em cada período histórico. Nos momentos de maior autoritarismo político, como durante o Estado Novo e a Ditadura Militar, a Sociologia foi retirada ou fragilizada justamente por possibilitar a reflexão crítica sobre a sociedade, as desigualdades sociais e as relações de poder. Isso evidencia que o ensino sociológico possui uma dimensão política significativa, pois contribui para a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente a realidade social em que estão inseridos.

Ao longo da pesquisa, buscou-se também responder à problemática central do artigo: como o processo histórico de inserção da Sociologia no Ensino Médio brasileiro evidencia as disputas políticas e curriculares presentes nas reformas educacionais contemporâneas, especialmente diante do avanço da lógica neoliberal na educação? A análise realizada permitiu compreender que a trajetória histórica da Sociologia no currículo escolar brasileiro revela permanentes tensionamentos em torno do papel da educação, das Ciências Humanas e da própria função social da escola em uma sociedade marcada pelas contradições do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, a própria história da Sociologia no Ensino Médio brasileiro evidencia que sua permanência no currículo representa também uma disputa em torno do modelo de educação que se pretende construir. As recentes reformas educacionais, especialmente a Reforma do Ensino Médio de 2017 e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), expressam claramente o avanço de uma lógica neoliberal na educação, marcada pela flexibilização curricular, pela valorização das competências técnicas e pela formação voltada às exigências do mercado de trabalho.

A educação passa, então, a ser compreendida cada vez mais como instrumento de preparação de mão de obra, reduzindo o espaço das Ciências Humanas e fragilizando disciplinas que contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes. A Sociologia sofre diretamente com esse processo, sobretudo pela redução da carga horária, pela fragmentação curricular e pelo esvaziamento de conteúdos críticos no Ensino Médio.

A lógica neoliberal presente nas atuais políticas educacionais busca transformar a escola em um espaço cada vez mais produtivista, pragmático e tecnicista, no qual o conhecimento passa a ser valorizado apenas a partir de sua utilidade imediata para o mercado. Nesse sentido, disciplinas como Sociologia e Filosofia tornam-se constantemente ameaçadas, justamente porque incentivam o questionamento das estruturas sociais, das desigualdades e das contradições produzidas pela sociedade capitalista contemporânea.

Entretanto, é justamente nesse cenário que a Sociologia se torna ainda mais necessária. A disciplina possui papel fundamental na formação de estudantes críticos, conscientes e emancipados,

capazes de compreender a sociedade para além das aparências imediatas. A Sociologia permite problematizar questões relacionadas à desigualdade social, cidadania, cultura, política, direitos humanos, preconceitos, violência, relações de poder e exclusão social, contribuindo para que os estudantes desenvolvam uma leitura crítica da realidade.

A sala de aula torna-se, nesse sentido, um espaço de construção do pensamento crítico e da consciência social. É por meio do ensino de Sociologia que muitos estudantes passam a questionar desigualdades naturalizadas, compreender as estruturas sociais e refletir sobre os problemas presentes na sociedade contemporânea. A disciplina contribui para romper com visões simplificadas e conservadoras da realidade, estimulando o desenvolvimento da autonomia intelectual e da reflexão crítica.

Dessa forma, defender a Sociologia no Ensino Médio significa também defender uma educação democrática, crítica e comprometida com a formação integral dos sujeitos. Em uma sociedade marcada pelo avanço do conservadorismo, da desinformação e das desigualdades sociais, a Sociologia torna-se fundamental para a construção de sujeitos conscientes, reflexivos e socialmente comprometidos.

Conclui-se, portanto, que a Sociologia permanece como um importante instrumento de formação crítica e emancipatória no contexto da educação básica brasileira. Mais do que uma disciplina curricular, a Sociologia representa a possibilidade de construção de uma educação voltada para a compreensão crítica da sociedade e para a formação de sujeitos capazes de pensar, questionar e transformar a realidade social em que vivem. Defender a permanência da Sociologia no currículo escolar significa também resistir aos processos de precarização das Ciências Humanas e reafirmar a escola como espaço de formação humana, consciência crítica e emancipação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, entre outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.

FREITAS, Itamar; FRANÇA, Jackson da Silva. O ensino de Sociologia no Brasil: permanências e desafios curriculares. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 40-52, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método II: complementos e índice. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

KRAUSS, Alessandra. O ensino da Sociologia na formação emancipatória e crítica dos estudantes do Ensino Médio da 26ª Coordenadoria Regional de Educação em Canoinhas. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2025.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Artesanato Educacional, 2021.

MORAES, Amaury Cesar. O ensino de Sociologia e sua trajetória no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 359-381, 2011.

RÊSES, Erlando da Silva. ...E com a palavra: os alunos: estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no ensino médio. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RIBAS, Marciele Stiegler. Educação em Direitos Humanos no contexto da Educação de Jovens e Adultos: o desvelar da violência simbólica. 2017. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

SANTOS, Mário Bispo dos. A Sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 37, p. 77-84, 2004.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. A Sociologia volta à escola: um estudo dos movimentos pela reinserção da disciplina no Ensino Médio brasileiro. Revista Café com Sociologia, Maceió, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual, 2000.